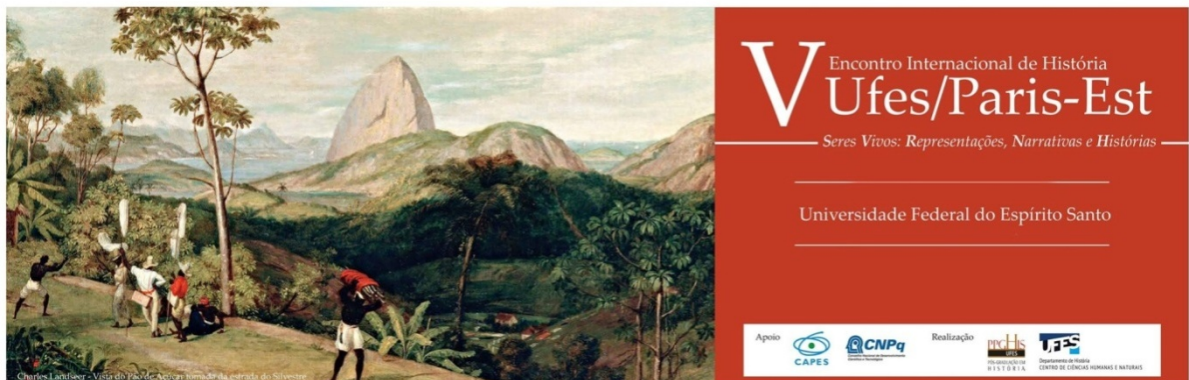




O ANTIESUITISMO COMO INSTRUMENTO REFORMADOR DO ENSINO LUSO: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O COMPÊNDIO HISTÓRICO (1771)

Jansen Gusmão Salles
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Sob o Século das Luzes, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, emerge como figura ímpar na modernização cultural portuguesa. Após a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, Ordem religiosa que até então administrava a maioria das instituições de ensino em Portugal, os estudos maiores e menores passaram por uma profunda reestruturação. No entanto, mesmo diante da ausência jesuítica, o nome da Ordem de Ignácio de Loyola continuou a ser evocado sob forte teor pejorativo. O Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra, publicado em 1771 e de autoria do próprio Marquês de Pombal, é considerado o ápice da campanha antijesuítica impulsionada durante o governo de D. José I. A obra transmite uma suposta decadência do ensino luso que teve início com a chegada dos jesuítas ao Reino ainda no século XVI. Diante disso, o presente artigo apresenta o uso do antijesuitismo nas reformas educacionais em Portugal, correlacionando-o com a produção do Compêndio Histórico e o projeto político pombalino.

Palavras-chave: Luzes; Portugal; Antijesuitismo; Marquês de Pombal

ABSTRACT: During the Enlightenment Century, Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal, emerges as unique figure in the portuguese cultural modernization. After the expulsion of the Society of Jesus in 1759, the religious order which had until then managed the majority of educational institutions in Portugal, the larger and smaller studies went through a deep restructuring. However, even in the face of Jesuit absence, the name of Ordem de Ignácio de Loyola continued to be referred under strong pejorative content. The Historical Compendium of the University of Coimbra, published in 1771 and authored by the Marquis de Pombal himself, is considered the apex of the anti-

Jesuitic campaign driven during the administration of José I. The publication conveys a supposed decline of Portuguese education, which had begun with the arrival of the Jesuits in the Kingdom still in the sixteenth century. Therefore, this article presents the use of anti-Jesuitism in educational reforms in Portugal, correlating it with the publication “Historical Compendium” and Pombal’s political plan.

Keywords: Enlightenment - Portugal - Anti-Jesuitism - Marquis of Pombal

Preâmbulo

Logo nos anos iniciais do reinado de D. José I (1750-1777), o novo monarca já demonstrava uma postura política diferente daquela que os reis portugueses adotavam até então. Decidiu romper com a tradição lembrada pelo historiador português Nuno Monteiro de que os ministros só deixariam seus cargos após a morte e, portanto, eleger um novo ministério. (MONTEIRO, 2012, p.71) Entre os nomeados, ainda que sem brilho e significativo destaque, estava Sebastião José de Carvalho e Melo, escolhido para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Sobre as razões que levaram à escolha de Carvalho e Melo ao cargo, não são fáceis de delimitar com precisão. Porém, defende-se que ela se deu muito mais em decorrência da menção de seu nome no *Testamento Político* de D. Luís da Cunha (AZEVEDO, 2004, p.104) e de seu casamento com uma jovem da nobreza austríaca (MAXWELL, 1996, p.04), que de suas experiências diplomáticas na Inglaterra e na Áustria.

Quanto ao poder quase absoluto que o futuro Secretário de Estado do Reino – o mais importante posto entre as Secretarias de Estado – veio a possuir, este seria impulsionado somente a partir do terremoto que devastou a capital Lisboa em primeiro de novembro de 1755. (MAXWELL, 1996, p.24) Suas ações rápidas e eficientes no tratamento dos feridos e na reconstrução da cidade o fizeram ganhar a admiração e confiança de rei. Que concederia não apenas um cargo de destaque ao seu novo valido, mas uma expressiva liberdade nas decisões e deliberações referentes aos rumos da monarquia.

Após o conturbado período do terremoto de Lisboa, os anos subsequentes vieram a se revelar propícios tanto para a expansão dos poderes de Carvalho e Melo como ministro quanto para as reformas que buscou levar a cabo ainda no início de seu novo mandato. Todavia, dentre as mudanças geridas por Carvalho e Melo nos campos econômico e político, nenhuma surtiu tanto efeito quanto à criação de um importante instrumento centralizador e racionalizador de todas as rendas da Coroa portuguesa: o Erário Régio (1761). Numa clara demonstração de autopoder, “Pombal indicou a si próprio como inspetor-geral do Tesouro, uma vez que este havia sido planejado para que seu ocupante ficasse muito próximo do monarca e, por implicação, do primeiro-ministro.” (MAXWELL, 1996, p.98)

Em linhas gerais, as reformas idealizadas por Carvalho e Melo durante seu ministério pretendiam “exterminar todas as manifestações de pluralismo político” (HESPANHA, 1994, p.168), típicas do Antigo Regime e tanto presentes em Portugal. De modo que certos poderes e instituições, sobretudo religiosas, logo passariam a entrar em disputa direta com o poder civil, resultando em eventos como o rompimento das relações entre o Estado português e a Santa Sé ao longo da década de 1760. (FALCON, 2000, p.234) Sobre o assunto, o historiador britânico Kenneth Maxwell nos ajuda a esclarecer que

Em nenhum outro país europeu a Contra-Reforma havia sido implantada de maneira tão cabal e com tanta firmeza, [...] nem o controle dos jesuítas foi tão fortemente estabelecido sobre a educação da elite [como em Portugal]. A disputa portuguesa com os jesuítas foi, portanto, mais do que uma questão de interesse local. (MAXWELL, 1996, p.98-99)

Ou até mesmo cultural. De fato, como aponta a historiadora Patrícia Woolley, tal disputa estaria revestida de interesses políticos. (WOOLLEY, 2007, p.14) Para Carvalho e Melo, era notável que o grau de influência dos jesuítas há muito já ultrapassava os muros dos colégios e universidades portuguesas. Enquanto ordem religiosa com poderes quase autônomos e detentora da administração e legislação de grande parte das instituições de ensino, a Companhia de Jesus se tornava um poderoso empecilho tanto aos interesses políticos quanto pedagógicos inseridos no bojo do reformismo ilustrado em Portugal. Desde já, podemos apartar que é sobre a reforma educacional pombalina e a propaganda antijesuítica gerada a partir desde primeiro que o presente trabalho buscará se restringir.

Expulsão dos jesuítas e reforma educacional

Nascida ainda na primeira metade do século XVI, no seio da Contrarreforma, a Companhia de Jesus acumulou até os Setecentos um vasto domínio sobre a formação intelectual europeia (BANGERT, 1985, p.518), sendo Portugal um de seus maiores redutos. No entanto, as crescentes divergências entre os objetivos de Carvalho e Melo e a tentativa da Companhia de Jesus em manter sua posição privilegiada resultariam no desterro dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios ultramarinos por meio de um Alvará régio em 03 de setembro de 1759. Com o caminho livre, só restaria ao principal ministro de D. José I (agora Conde de Oeiras) acelerar ano após ano suas reformas de reestruturação do sistema educacional português.

Partindo das leituras de Laerte Ramos de Carvalho (1978) e Carlota Boto (2010), observamos que a análise sobre esse processo reformista pode ser dividido em dois momentos cruciais. O primeiro estaria relacionado à criação das Aulas Régias já em 1759, que transferia a tutela dos estudos menores para um Diretor Geral dos Estudos designado pelo Estado. O segundo momento, tido como auge da reforma nos estudos maiores (e por que não de todo o projeto educacional pombalino?), seria a formulação dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, publicados no ano de 1772. Para Carlota Boto, havia no Conde de Oeiras a confiança de que

Reformar os estudos universitários – bem como reformar a instrução de primeiras letras e secundária – era o passaporte para a Reforma do Estado; um Estado que se pretendia incluído em seu tempo – competitivo e potente. (BOTO, 2010, p.296)

Tal reforma do Estado pretendida por Sebastião José de Carvalho e Melo e inspirada no pensamento ilustrado obedeceria ao propósito central de formar e instruir jovens fidalgos a cumprir futuramente as funções públicas e, assim, auxiliar a burocracia estatal. (BOTO, 2010, p.293)

Avaliando a importância dada essencialmente a reestruturação do ensino universitário, Motta Veiga destaca que Carvalho e Melo “não quiz encarregar a reforma dos estudos maiores á Real Mesa Censoria, nem mesmo á Mesa da Consciencia e Ordens, que estava encarregada da inspecção dos estudos das sciencias maiores, cultivadas na Universidade”. (VEIGA, 1872, p.172) Em vez

disso, a reforma veio a ser pensada por uma comissão que, de acordo com a pesquisadora Ruth Gauer,

Partiu de fora da Universidade. A responsabilidade pela Reforma, portanto, não foi buscada junto ao corpo técnico da mesma, foi antes uma ação que visou destruir o *ethos* educacional jesuítico. Essa destruição abriria o caminho para construir novos meios que possibilitassem um ensino cujo progresso científico constituiria a parte mais importante de todo processo reformista.

Essa comissão referida por Gauer (1996) foi composta por um grupo seletivo de intelectuais e figuras próximas ao monarca português e seu valido. A Junta de Providência Literária, como foi denominada e instituída a partir de um decreto em dezembro de 1770, não tinha como função inicial a reforma dos sobreditos *Estatutos*. Sob a supervisão do Marquês de Pombal e do Cardeal da Cunha, a Junta ficou encarregada de examinar a situação na qual a Universidade de Coimbra se encontrava e avaliar os estragos cometidos pelos jesuítas “primeiro na Universidade de Coimbra e consequentemente nas aulas de todo o Reino.” (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.99).

Deste árduo ofício nascia o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*, publicado em agosto de 1771 e assinado, pela primeira vez, por Sebastião José de Carvalho e Melo já com o título de Marquês de Pombal.

Trata-se da primeira denúncia oficial direcionada à Companhia de Jesus, responsabilizando-os de modo contundente pela decadência e suposto atraso cultural português. Um extenso documento carregado de teor acusatório, adjetivos pejorativos e de um texto demasiadamente prolixo. Um verdadeiro libelo antijesuítico, sem dúvida, como não deixa de ser notado ao longo de toda a obra.

[...] E daqui ficou a desgraçada universidade cheia de idiotas estranhos, e os filhos desanimados para os estudos, vendo que, para ser doutor, bastava que se vestisse uma roupeta da Companhia. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.111)

As leituras de Gauer (1996) ainda nos mostram que os inicianos só conseguiram permanecer onde estiveram sem interferências devido a utilização de determinadas estratégias e maquinações que forneceram à Companhia uma espécie de liberdade e autoridade acima dos poderes papal e monárquico. (GAUER, 1996, p.52) De modo que nada adiantou os esforços, lembrados pela Junta, de mestre e lentes atuantes no corpo da Universidade de Coimbra antes mesmo do ingresso jesuítico.

É, contudo, mais do que verosímil que os grandes homens de letras [...] e os muitos outros em que então abundava a Universidade, não puderam ainda impedir aos destruidores das suas florentíssimas ciências que, para acabarem com elas, vomitassem nos referidos Estatutos clandestinos [...], todo o veneno que redundava nos seus empestados corações. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.139)

Quanto à estrutura da obra, a mesma se encontra dividida em duas grandes partes. A primeira, subdividida em quatro Prelúdios, nos dão uma ideia ampla das *atrocidades* cometidas pelos jesuítas na Universidade de Coimbra do período que compreende a chegada da Companhia de Jesus à Portugal no século XVI ao reinado de Felipe II durante a união das coroas ibéricas. Além de expor como se deu a formulação gradual dos novos estatutos fabricados pelos jesuítas e os estratagemas utilizados para se manterem no domínio do ensino sem intromissões externas ou internas.

Já na segunda parte, a obra é subdividida em três capítulos. Neles, a Junta procurou discorrer sobre os estragos feitos nas faculdades de Teologia, Jurisprudência Canônica e Civil e na Medicina, ressaltando, ainda, os impedimentos pretendidos pelos inicianos para que tais cursos não pudessem sair das sombras da ignorância.

O teor antijesuítico impresso no *Compêndio Histórico* veio também a favorecer a Junta em um empreendimento ainda maior: a reformulação dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Além do mais, como citamos anteriormente, a reforma do ensino universitário representaria um grande passo para a modernização da cultura e do próprio Estado português. Devendo, por isso, ser conduzida por pessoas da confiança de D. José I e do próprio Pombal. Por meio de uma carta anexada ao corpo da obra, é possível observar o pedido da Junta acerca de tal função.

[...] Que servindo-se Vossa Majestade de honrar com a sua real

aprovação o referido *Compêndio Histórico e Apêndice*, que lhe serve de suplemento, possa a mesma Junta formular no espírito deles, sem mais perda de tempo, os Estatutos e Cursos respectivos às sobreditas três ciências [Teologia; Jurisprudência Canônica e Civil; e Medicina], cujas aulas vão logo abrir, reservando-se para depois da abertura delas tudo o mais que fazer para fazer completo o estabelecimento da Universidade de Coimbra que deve constituir uma das mais gloriosas épocas do felicíssimo governo de Vossa Majestade. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.102)

Também anexada ao corpo da obra está a resposta do rei, que, sob tons de aprovação, atendia ao pedido da Junta.

Subam as minutas dos Estatutos e Cursos Científicos para sobre eles determinar o que entender que é mais conveniente ao serviço de Deus e meu e ao bem comum dos meus vassalos. E louvo muito à Junta o grande e frutuoso desvelo com que se tem aplicado a este importante negócio, o qual confio que seja por ela prosseguido com o mesmo exemplar zelo e completo acerto. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.103)

Para além do Compêndio Histórico...

Mesmo com a ausência jesuítica, é preciso sublinhar que as reformas educacionais guiadas pela administração pombalina não permaneceram mobilizadas apenas por seu caráter moderno e positivo. Fez-se necessário criar um inimigo capaz de legitimar o discurso político por trás de tais reformas. Algo que representasse o inverso, o outro lado da moeda. Assim, utilizando-se da imagem já deturpada dos jesuítas, Pombal os elege como símbolo de todo o atraso cultural que pairava sobre sua nação. Enquanto a Europa, por sua vez, representava a principal referência moderna. (FRANCO, 2006, p.6543). Por outro lado, aliado às denúncias ao ensino luso presentes no *Compêndio Histórico*, houveram outras obras de similar importância nas quais buscou-se minar a influência jesuítica em todos os âmbitos em esta se fez atuante. Seja através de uma suposta conspiração envolvendo os membros da Companhia e os índios brasileiros ou da responsabilização pelas ações sombrias do Santo Ofício.

Estes documentos ajudariam ainda a compor o que o historiador José Eduardo Franco denominou como uma literatura antijesuítica pombalina (FRANCO, 2005), sendo eles: *Relação abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal, e Espanha, estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias* (1757); *Erros ímpios, e sediciosos que os Religiosos da Companhia de Jesus ensinarão aos Reos, que forão justicados, e*

pretenderão Espalhar nos Póvos destes Reynos (1759); *Dedução cronológica e analítica* (1767); *Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra* (1771); *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal* (1774).

Todavia, mesmo levando-se em conta o peso do discurso antijesuítico endossado pelas obras supracitadas e que esses ataques à Companhia de Jesus despontam como um momento até então singular na história de Portugal, é indispensável a noção de que as nuances desse fenômeno já permeavam o imaginário e os debates intelectuais estrangeiros. Ao dizer que “o antijesuitismo, a nível internacional, constituiu um fenômeno e um amplo movimento religioso, cultural e sociopolítico” (FRANCO, 2012, p.09), Franco nos leva a crer que essas discussões também estariam inseridas no discurso das Luzes.

Indo mais além, o historiador Stefan Gatzhammer nos ajuda a compreender que a origem do antijesuitismo se encontra em um período bastante anterior à Pombal e ao movimento das Luzes, remontando aos anos iniciais da Companhia de Ignácio de Loyola.

Apesar de ter sido mais intenso em Portugal do que em outras parte da Europa, o ódio aos jesuítas “não conhece fronteiras. [...] O termo “antijesuitismo” e o seu derivado “antijesuítico” são, no nosso sentido, em geral, expressões que definem uma consciente e hostil atitudébásica contra a Companhia de Jesus. O antijesuitismo é tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus.” (GATZHAMMER, 1993, p.160-161)

Destarte, podemos brevemente concluir que o Marquês de Pombal e a Junta de Providência Literária se apropriaram da negatividade jesuítica presente dentro e fora das fronteiras portuguesas para redigir o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* e, dessa forma, fortalecer a positividade de uma série de reformas educacionais. Tornando, assim, o antijesuitismo um poderoso e importante recurso legitimador e reformador do ensino luso.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BANGERT, William V. **História da companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1985.

BOTO, Carlota. **A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2010, p.283.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados [1771]. Porto: Campo das Letras, 2008.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO, José Eduardo. A idéia de Europa nas Reformas Pombalinas da educação. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf>.

_____. **Génese e mentores do antijesuitismo na europa moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012.

_____. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. In: **Revista Lusófona de ciência das religiões**. Ano IV, 2005/ nº 7/8.

GATZHAMMER, Stefan. **Antijesuitismo europeu: relações político- diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1993.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**. Instituições e

Poder Político. Coimbra: Almedina, 1994, p.168. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VEIGA, Manuel Eduardo da Mota. **Esboço historico-litterario da faculdade de theologia da universidade de Coimbra effeituada pelos sabios Estatutos de 1772 / pelo dr. Manuel Eduardo da Motta**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.